



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010444-36.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Cumprimento de Sentença - Levantamento de Valor**
 Exequente: **Wilma Therezinha Chies Bareato**
 Executado: **'Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos,

A exequente **WILMA THEREZINHA CHIES BAREATO** propôs a presente ação para dar cumprimento à sentença proferida nos autos da ação civil pública nº 1998.01.1.016798-9, movida pelo IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, que tramitou pela 12ª Vara Cível de Brasília – DF, já transitada em julgado, que reconheceu o direito aos poupadores à aplicação do IPC incidente sobre o mês de janeiro de 1989, no percentual de 42,72%.

Decisão de fls. 121 determinou manifestação da autora sobre a existência de coisa julgada e má-fé, fluindo o prazo sem a exequente se manifestar (fls. 124).

É o relatório.

Fundamento e decido.

O reconhecimento de coisa julgada é medida que se impõe.

A exequente ajuizou anteriormente ação que tramitou perante a Vara do Juizado Especial Cível dessa Comarca nº 120.029.716-1.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Naqueles autos, conforme consulta SAJ, o crédito buscado nessa ação já foi satisfeito através de acordo homologado em audiência.

Pelo exposto, reconheço a existência de coisa julgada, **JULGANDO EXTINTO** sem resolução de mérito o presente feito, nos termos do art. 485, V do NCPC.

Custas *ex lege*, concedendo-se à autora os benefícios da Justiça Gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 16 de novembro de 2017.

Juiz(a) **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**